



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 853-B, DE 2019

(Da Sra. Sâmia Bomfim)

Acrescenta ao calendário oficial a "Semana Nacional de Conscientização sobre Direitos das Gestantes", a ser celebrada anualmente em 15 de agosto, e dá outras providências; tendo parecer da Comissão de Saúde, pela aprovação, com substitutivo (relatora: DEP. CHRIS TONETTO); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deste, com emenda, e do Substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família (relator: DEP. DIEGO GARCIA).

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE:

SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA E

CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD).

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

SUMÁRIO

I - Projeto inicial

II - Na Comissão de Saúde:

- Parecer vencedor
- Substitutivo oferecido pela relatora
- Parecer da Comissão
- Substitutivo adotado pela Comissão
- Voto em separado

III - Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania:

- Parecer do relator
- Emenda oferecida pelo relator
- Parecer da Comissão
- Emenda adotada pela Comissão

O CONGRESSO NACIONAL DECRETA:

Art. 1º - Fica instituída a Semana Nacional de Conscientização sobre os Direitos das Gestantes, a ser celebrada, anualmente, na semana do dia 15 de agosto.

Art. 2º - A Semana Nacional de que trata esta Lei será dedicada à divulgação dos direitos relacionados à saúde das gestantes, tais como assistência humanizada à mulher durante a gestação, pré-parto, parto e puerpério; além dos direitos trabalhistas e sociais.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

O presente Projeto de Lei objetiva instituir a Semana Nacional de Conscientização sobre o Direito das Gestantes, com o intuito de divulgar e conscientizar a população sobre os direitos relacionados à saúde das gestantes, tais como assistência humanizada à mulher durante a gestação, pré-parto, parto e puerpério; além dos direitos trabalhistas e sociais.

A escolha da data para instituir a referida semana tem como critério o fato do dia 15 de agosto ser celebrado nacionalmente como o dia da gestante. O Sistema Único de Saúde (SUS) vem construindo ao longo dos últimos anos uma sólida base jurídica e um conjunto de políticas públicas para garantir os direitos da gestante, sendo as principais delas a Política Nacional de Atenção Obstetrícia e Neonatal, a Política Nacional de Atenção Integral à Mulher e a Política de Atenção Integral à Saúde da Criança.

Por meio dessas políticas, são assegurados às gestantes, dentre outros, o direito à saúde na gravidez com a realização de um pré-natal, um parto e um pós-parto de qualidade; os direitos trabalhistas, que regulamentam, como por exemplo, a licença maternidade e o vínculo empregatício da gestante; e os direitos sociais, tais como a garantia do atendimento prioritário e a reserva de assentos preferenciais.

Todavia, o acesso à informação é fundamental para que a população tenha conhecimento dos seus direitos, exigindo, assim, que eles sejam respeitados e cumpridos. Dessa forma, será possível fazer com que os progressos conquistados se tomem uma realidade de fato, para todos.

Diante do exposto, espera que os nobres deputados aprovem a presente lei.

Sala das Comissões, 19 de fevereiro de 2019.

Sâmia Bomfim
Deputada Federal
PSOL/SP



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada **CHRIS TONETTO** – PSL/RJ

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA
PROJETO DE LEI Nº 853, DE 2019

Acrescenta ao calendário oficial a "Semana Nacional de Conscientização sobre Direitos das Gestantes", a ser celebrada anualmente em 15 de agosto, e dá outras providências.

Autora: Deputada Sâmia Bomfim

Relatora: Deputada Chris Tonietto

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 853, de 2019, de autoria da Deputada Sâmia Bomfim, “acrescenta ao calendário oficial a “Semana Nacional de Conscientização sobre Direitos das Gestantes”, a ser celebrada anualmente em 15 de agosto, e dá outras providências.”.

Nos dizeres de sua autora, a proposição “objetiva instituir a Semana Nacional de Conscientização sobre o Direito das Gestantes, com o intuito de divulgar e conscientizar a população sobre os direitos relacionados à saúde das gestantes, tais como assistência humanizada à mulher durante a gestação, pré-parto, parto e puerpério; além dos direitos trabalhistas e sociais”.

Estando em análise quanto a seu mérito nesta CSSF e, em seguida, devendo ser direcionada à CCJ desta Casa Legislativa, a proposição recebeu Parecer pela sua aprovação, na forma do Substitutivo da então relatora Deputada Vivi Reis, que tratou de esmiuçar os aspectos que deveriam ser objeto de conscientização na semana proposta.

A proposição recebeu também um Voto em Separado, de minha autoria, com o fito de apresentar um Substitutivo que teria o condão de suprimir determinados dispositivos que se utilizavam de terminologias que poderiam fomentar a prática do aborto, considerado crime em nosso ordenamento jurídico.

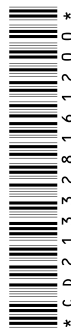
Na Reunião de 28 de abril de 2021, houve votação nominal da matéria, de modo que o Parecer restou rejeitado por 22 votos a 19.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Chris Tonietto
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD213328161200>

Apresentação: 26/05/2021 18:50 - CSSF
PRV 6 CSSF => PL 853/2019

PRV n.6





Ocorre que, por equívoco, a votação em questão foi cancelada pela Deputada Tereza Nelma, que presidia a Reunião após a saída do Presidente Dr. Luizinho.

Considerando o imbróglia e visando preservar-se a ordem democrática, apresentei Questão de Ordem para que se averiguasse a legitimidade do cancelamento da votação.

Assim sendo, o Presidente Dr. Luizinho, na Reunião ocorrida na data de 5 de maio de 2021, houve por bem restabelecer a ordem e redistribuir a relatoria da proposição.

Eis o relatório.

II – VOTO DA RELATORA

A iniciativa é, sem dúvida, louvável, já que, como temos conhecimento, um sem número de mulheres gestantes e de mulheres em período de puerpério se deparam com inúmeras dificuldades, muitas delas relacionadas à mudança brusca de rotina, alterações fisiológicas e psicológicas, e outras relativas ao retorno a seu trabalho ou função, o que muitas vezes contribui para que a adaptação à nova rotina ocorra de forma muito mais lenta e desafiadora.

Contudo, em que pese a iniciativa ser meritória e necessária, preocupa-nos o uso de terminologias / expressões de cunho ideológico que caminham na contramão da proteção à gestante.

A uma, a expressão “planejamento reprodutivo”, haja vista que esta vem sendo utilizada, especialmente por organismos internacionais e pela ONU, para fomento e viabilização do aborto – que é previsto em nossa legislação penal como crime¹ –, sob o argumento da suposta necessidade de “controle populacional”².

1 Aborto provocado pela gestante ou com seu consentimento

Art. 124 - Provocar aborto em si mesma ou consentir que outrem lho provoque:

Pena - detenção, de um a três anos.

Aborto provocado por terceiro

Art. 125 - Provocar aborto, sem o consentimento da gestante:

Pena - reclusão, de três a dez anos.

Art. 126 - Provocar aborto com o consentimento da gestante:

Pena - reclusão, de um a quatro anos.

Parágrafo único. Aplica-se a pena do artigo anterior, se a gestante não é maior de quatorze anos, ou é alienada ou débil mental, ou se o consentimento é obtido mediante fraude, grave ameaça ou violência

Forma qualificada

Art. 127 - As penas cominadas nos dois artigos anteriores são aumentadas de um terço, se, em consequência do aborto ou dos meios empregados para provocá-lo, a gestante sofre lesão corporal de natureza grave; e são duplicadas, se, por qualquer dessas causas, lhe sobrevém a morte.

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Chris Tonetto.

2 Disponível em: <http://www.unfpa.org.br/Arquivos/relatorio-cairo.pdf> Acesso em 26 de abril de 2021.

Para verificar a assinatura, acesse <https://mofeg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD213328161200>



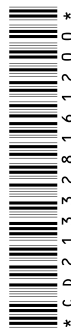
Isto se pode comprovar com a leitura de trechos de um relatório produzido pela Fundação Ford na década de 90, cujas diretrizes restaram adotadas pela ONU:

“Saúde Reprodutiva: uma Estratégia para os anos 90:

A Fundação Ford tem tido um longo interesse em problemas relacionados com população e desenvolvimento. Após uma extensa revisão do trabalho da Fundação no campo populacional, o Quadro de Conselheiros aprovou recentemente um orçamento de US\$ 125 milhões para um período de dez anos com a finalidade de reorganizar um programa que fará dos direitos reprodutivos sua peça central. Este relatório está sendo publicado para uma audiência mais vasta na esperança de que outros doadores possam juntar-se a nós no financiamento desta abordagem abrangente da saúde reprodutiva. Durante a década de 50 e 60, em resposta a uma crescente preocupação em relação ao aumento do número absoluto de pessoas no mundo, as fundações privadas financiaram a pesquisa e o desenvolvimento de políticas e serviços destinados a reduzir as taxas de crescimento populacional. A análise da contribuição dos programas de planejamento familiar no declínio da fertilidade dos países em desenvolvimento mostrou que quase 60% [deste declínio] deve ser associado às variáveis socioeconômicas, e pouco mais dos restantes 40% ao planejamento familiar. Passou-se a questionar, portanto, se apenas a promoção da oferta de contraceptivos e serviços estritos de planejamento familiar poderia criar um aumento sustentável no uso de contraceptivos, [pois] muitas pessoas decidiam não limitar seu crescimento populacional, mesmo se os contraceptivos estivessem disponíveis.

Nos anos 80 um entendimento mais profundo das complexidades do processo pelo qual as pessoas tomam decisões reprodutivas começou a mudar o esquema conceitual a partir do qual as políticas populacionais eram discutidas, o que conduziu a um entendimento mais amplo de que o status das mulheres é um fator chave na sua capacidade e motivação de controlar sua fertilidade.

A Fundação Ford desempenhou um papel de liderança na promoção da pesquisa, da discussão política e da oferta de serviços desde que os temas populacionais vieram pela primeira vez ao debate público no final dos anos 50. Desde 1952 até o início dos anos 80, a Fundação disponibilizou US\$ 260 milhões para estas atividades. Após vinte e cinco anos de experiência, a Fundação viu a necessidade de uma abordagem mais abrangente para as questões populacionais.





*Em resposta a este desafio, a Fundação está convencida que o modo melhor e o mais efetivo de abordar as questões populacionais seja através do foco sobre as mulheres, embora ela também esteja consciente de que as mulheres não podem ser vistas como um meio de alcançar um fim. **A Fundação Ford propõe uma abordagem que irá focar os fatores sociais, econômicos e culturais que influenciam a saúde reprodutiva, que não poderá omitir-se em reconhecer a necessidade de promover o aborto seguro.** Propomos empoderar as mulheres para melhor articular as suas próprias necessidades de saúde reprodutiva, promover o debate público e a consciência pública sobre saúde reprodutiva e temas populacionais, incluindo o desenvolvimento de esquemas conceituais éticos e legais em diferentes sociedades, com a finalidade de implementar políticas e serviços.*

Para alcançar os objetivos acima, a Fundação propõe como estratégias o financiamento para a promoção de debates para um público informado e a disseminação de informação para definir áreas de consenso sobre políticas e práticas de saúde reprodutiva, elevar a consciência pública e contribuir para mudanças na política. Porque os pontos de vista das mulheres sobre serviços de saúde têm estado ausentes dos debates políticos e nas decisões sobre o projeto e o conteúdo dos serviços, a Fundação Ford dará especial atenção aos programas que reforçarão a habilidade das mulheres para participar em discussões em suas próprias comunidades e em todos os níveis do debate público. Muitos aspectos tanto das leis costumeiras como estatutárias, variando da idade legal para o casamento às penalidades criminais para o aborto, tem relação direta com a saúde reprodutiva das mulheres. O reconhecimento e o respeito por estes direitos é um objetivo de longo prazo para o trabalho proposto pela Fundação em saúde reprodutiva. Uma documentação sólida, elevando a consciência e promovendo a discussão entre participantes chaves, pode estabelecer os fundamentos para mudanças nas leis e nas práticas.

Os estudos sobre a prevalência dos abortos ilegais e inseguros em um determinado país e sobre as demandas que exigem dos serviços de saúde do país irão fornecer a informação específica do país essencial para um debate informado e o subsequente desenvolvimento de reformas legais e de saúde. Estes dados deverão constituir-se no pano de fundo contra os quais deverão ser discutidos os valores morais envolvidos. A disseminação destas pesquisas políticas para grupos chaves de advogados, organizações de mulheres, líderes religiosos e agentes políticos, assim como profissionais de saúde, é essencial para um melhor debate público informado.”





Da leitura do relatório supra, depreende-se que constituem alguns dos objetivos da Fundação, no que tange à chamada “saúde reprodutiva”:

- o financiamento para a promoção de debates e a definição de áreas de consenso sobre políticas e práticas de saúde reprodutiva, o que significa uma intervenção externa sobre o país em relação a aspectos explicitamente mencionados como “leis estatutárias da idade legal para o casamento e as penalidades criminais para o aborto”, e com o “subsequente desenvolvimento de reformas legais e de saúde”;
- a não omissão na “promoção do aborto seguro”;
- “empoderamento” das mulheres para que decidam por ter menos filhos.

Sem prejuízo, insta salientar que a autora da presente proposta baseou-se em documento elaborado pela Área Técnica de Saúde da Mulher do Ministério da Saúde, de 2004, denominado “A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher” que, dentre seus objetivos³: *“incorpora, num enfoque de gênero, a integralidade e a promoção da saúde como princípios norteadores e busca consolidar os avanços no campo dos direitos sexuais e reprodutivos, com ênfase na melhoria da atenção obstétrica, no planejamento reprodutivo, na atenção ao abortamento inseguro e aos casos de violência doméstica e sexual”*.

No mesmo sentido, a ONG feminista CFEMEA⁴ não deixa margem para dúvidas sobre o que se entende por ‘direitos sexuais e reprodutivos’. Senão vejamos:

“Na luta contra as políticas de controle de natalidade - que ao invés de assegurarem mecanismos e políticas públicas para que as mulheres e homens escolham a melhor forma de exercerem sua vida reprodutiva, estabelecem políticas autoritárias recaindo, geralmente, sobre a população mais pobre a negação do direito à reprodução - em defesa da autodeterminação reprodutiva das mulheres; pela desconstrução da maternidade como um dever ou como destino obrigatório, pelo poder de decidir ter ou não ter filhos, quando e com quem tê-los, pelo direito ao aborto legal e seguro, contra a homofobia/lesbofobia, por liberdade e pelo direito ao prazer sexual, contra a ditadura heteronormativa, os movimentos de mulheres forjaram o que, no final dos anos 80, se denominou direitos sexuais e direitos reprodutivos”.

3 Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/central-de-conteudos/publicacoes/publicacoes/2015/pnaism_pnpm-versaoweb.pdf. Acesso em 26 de abril de 2021.

4 Disponível em: https://www.cfemea.org.br/images/stories/publicacoes/colecao20anos_saude_reprodutiva_das_mulheres.pdf. Acesso em 26 de abril de 2021.

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Chris Tonetto
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD213328161200>



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada **CHRIS TONETTO** – PSL/RJ

A duas, no que se refere ao cuidado integral à primeira infância, faz-se mister ressaltar que é fundamental a conscientização social no tocante à defesa da autonomia dos pais na educação de seus filhos, bem como ao fortalecimento do papel da entidade familiar que é célula-mater da sociedade.

Ante todo o exposto, propõe-se a aprovação do Projeto de Lei nº 853, de 2019, na forma do Substitutivo anexo, que ora submeto à apreciação dos membros dessa Comissão.

Eis como voto.

Sala das Comissões, 26 de maio de 2021.

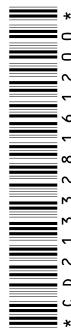
Deputada **CHRIS TONETTO**
Relatora

Apresentação: 26/05/2021 18:50 - CSSF
PRV 6 CSSF => PL 853/2019

PRV n.6



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Chris Tonietto
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD213328161200>





COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 853, DE 2019

Acrescenta ao calendário oficial a “Semana Nacional de Conscientização sobre Direitos das Gestantes e de Mães com crianças na Primeira Infância”, a ser celebrada anualmente em 15 de agosto, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

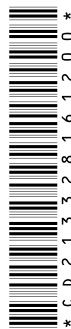
Art. 1º Fica instituída a Semana Nacional de Conscientização sobre os cuidados das Gestantes e Mães nos primeiros mil dias, da gestação ao final do segundo ano de vida do bebê, a ser celebrada, anualmente, na semana do dia 15 de agosto.

Art. 2º A Semana Nacional de que trata esta Lei será dedicada à:

- I - divulgação dos direitos e cuidados relacionados à saúde das gestantes, mães de bebês e dos bebês, como assistência à mulher desde a preparação da gestação, durante a gestação, pré-parto, parto e puerpério;
- II - informação sobre os direitos trabalhistas da gestante e da mãe trabalhadora e da mãe estudante;
- III - divulgação dos direitos da mulher relacionados ao bebê, como direito ao aleitamento materno em qualquer ambiente, formação de vínculo afetivo, alimentação complementar saudável, vacinação, acompanhamento pediátrico e direito ao acesso à creche;
- IV - divulgação da importância, para a saúde da mulher, do apoio paterno no cuidado com a gestação, parto e puerpério e em todas as atividades do lar e divulgação das vantagens do aleitamento materno até, pelo menos, seis meses de vida do bebê;
- V - valorização do cuidado paterno com incentivo à inclusão do pai no pré-natal, no acompanhamento do parto, na creche e nos demais serviços que atendam gestantes ou crianças;
- VI - prevenção de acidentes, cuidados para evitar a exposição precoce da criança à comunicação mercadológica, ao uso precoce de telas e o consumo de alimentos e bebidas que contribuem para a obesidade, segundo orientações do Ministério da Saúde e da Sociedade Brasileira de Pediatria;
- VII - estímulo ao desenvolvimento integral da primeira infância, com ênfase nos primeiros mil dias;

§ 1º Inclui-se nos objetivos da Semana a que se refere este artigo a conscientização dos órgãos responsáveis sobre a ambiência, à gestante e às mulheres com filhos na primeira infância que se encontrem sob custódia em unidades de privação e liberdade, que atenda à

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Chris Tonetto
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD213328161200>





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada **CHRIS TONETTO** – PSL/RJ

normas sanitárias e assistenciais do Sistema Único de Saúde para o acolhimento do filho, visando ao cuidado integral da criança.

§ 2º Atenção prioritária será dada à conscientização social sobre os direitos das gestantes e mães de crianças com deficiência, das comunidades tradicionais, das gestantes e mães adolescentes e das gestantes e mães em situação de alta vulnerabilidade.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 26 de maio de 2021.

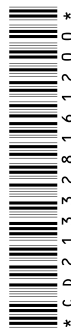
Deputada **CHRIS TONETTO**
Relatora

Apresentação: 26/05/2021 18:50 - CSSF
PRV 6 CSSF => PL 853/2019

PRV n.6



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Chris Tonietto
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD213328161200>





CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 853, DE 2019

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Seguridade Social e Família, em reunião extraordinária realizada hoje, mediante votação ocorrida por processo nominal, concluiu pela aprovação do Projeto de Lei nº 853/2019, com substitutivo, nos termos do Parecer Vencedor da Relatora, Deputada Chris Tonietto.

O parecer da Deputada Vivi Reis passou a constituir voto em separado.

Participaram da votação os Senhores Deputados, com os respectivos votos:

Votaram sim: Francisco Jr. e Dra. Soraya Manato - Vice-Presidentes; Alan Rick, Aline Gurgel, Carla Dickson, Chris Tonietto, Dr. Luiz Ovando, Dr. Zacharias Calil, Geovania de Sá, Márcio Labre, Marx Beltrão, Osmar Terra, Ossesio Silva, Pastor Sargento Isidório, Pr. Marco Feliciano, Ricardo Barros, Roberto de Lucena, Alcides Rodrigues, Diego Garcia, Felício Laterça, Hiran Gonçalves, José Rocha, Liziane Bayer, Marco Bertaiolli e Marina Santos, votaram não: Adriana Ventura, Alexandre Padilha, Benedita da Silva, Carmen Zanotto, Chico D'Angelo, Eduardo Barbosa, Eduardo Costa, Flávio Nogueira, Jandira Feghali, Jorge Solla, Leandre, Luciano Ducci, Odorico Monteiro, Rejane Dias, Tereza Nelma, Totonho Lopes, Vivi Reis, Padre João, Professora Dorinha Seabra Rezende, Ricardo Silva e Valmir Assunção.

Sala da Comissão, em 7 de julho de 2021.

Deputado DR. LUIZ ANTONIO TEIXEIRA JR.
Presidente



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr.
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD210826981700>

COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

SUBSTITUTIVO ADOTADO ao PROJETO DE LEI Nº 853, DE 2019

Acrescenta ao calendário oficial a “Semana Nacional de Conscientização sobre Direitos das Gestantes e de Mães com crianças na Primeira Infância”, a ser celebrada anualmente em 15 de agosto, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica instituída a Semana Nacional de Conscientização sobre os cuidados das Gestantes e Mães nos primeiros mil dias, da gestação ao final do segundo ano de vida do bebê, a ser celebrada, anualmente, na semana do dia 15 de agosto.

Art. 2º A Semana Nacional de que trata esta Lei será dedicada à:

I - divulgação dos direitos e cuidados relacionados à saúde das gestantes, mães de bebês e dos bebês, como assistência à mulher desde a preparação da gestação, durante a gestação, pré-parto, parto e puerpério;

II - informação sobre os direitos trabalhistas da gestante e da mãe trabalhadora e da mãe estudante;

III - divulgação dos direitos da mulher relacionados ao bebê, como direito ao aleitamento materno em qualquer ambiente, formação de vínculo afetivo, alimentação complementar saudável, vacinação, acompanhamento pediátrico e direito ao acesso à creche;

IV - divulgação da importância, para a saúde da mulher, do apoio paterno no cuidado com a gestação, parto e puerpério e em todas as atividades do lar e divulgação das vantagens do aleitamento materno até, pelo menos, seis meses de vida do bebê;

V - valorização do cuidado paterno com incentivo à inclusão do pai no pré-natal, no acompanhamento do parto, na creche e nos demais serviços que atendam gestantes ou crianças;

VI - prevenção de acidentes, cuidados para evitar a exposição precoce da criança à comunicação mercadológica, ao uso precoce de telas e o consumo de alimentos e bebidas que contribuem para a obesidade, segundo orientações do Ministério da Saúde e da Sociedade Brasileira de Pediatria;

VII - estímulo ao desenvolvimento integral da primeira infância, com ênfase nos primeiros mil dias;

§ 1º Inclui-se nos objetivos da Semana a que se refere este artigo a conscientização dos órgãos responsáveis sobre a ambiência, à gestante e às mulheres com filhos na primeira infância que se encontrem sob custódia em unidades de privação e



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr.

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD215927468800>



liberdade, que atenda à normas sanitárias e assistenciais do Sistema Único de Saúde para o acolhimento do filho, visando ao cuidado integral da criança.

§ 2º Atenção prioritária será dada à conscientização social sobre os direitos das gestantes e mães de crianças com deficiência, das comunidades tradicionais, das gestantes e mães adolescentes e das gestantes e mães em situação de alta vulnerabilidade.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 7 de julho de 2021.

Deputado **DR. LUIZ ANTONIO TEIXEIRA JR.**
Presidente



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dr. Luiz Antonio Teixeira Jr.
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD215927468800>



COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 853, DE 2019

Acrescenta ao calendário oficial a “Semana Nacional de Conscientização sobre Direitos das Gestantes”, a ser celebrada anualmente em 15 de agosto, e dá outras providências.

Autor: Deputada SÂMIA BOMFIM

Relatora: Deputada VIVI REIS

I - RELATÓRIO

O presente projeto de lei da ilustre Deputada Sâmia Bomfim, pretende instituir a Semana Nacional de Conscientização sobre os Direitos das Gestantes, a ser celebrada, anualmente, na semana do dia 15 de agosto.

Segundo a autora “a escolha da data para instituir a referida semana tem como critério o fato do dia 15 de agosto ser celebrado nacionalmente como o dia da gestante. O Sistema Único de Saúde (SUS) vem construindo ao longo dos últimos anos uma sólida base jurídica e um conjunto de políticas públicas para garantir os direitos da gestante, sendo as principais delas a Política Nacional de Atenção Obstetrícia e Neonatal, a Política Nacional de Atenção Integral à Mulher e a Política de Atenção Integral à Saúde da Criança.

O Projeto de Lei, que tramita em regime ordinário, foi distribuído à apreciação conclusiva pelas Comissões de Seguridade Social e Família (CSSF), para análise do seu mérito; e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), para apreciação da sua constitucionalidade, da sua juridicidade e da sua técnica legislativa.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

É o Relatório.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Vivi Reis
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD211965595700>

II - VOTO DA RELATORA

Cabe a esta Comissão de Seguridade Social e Família, nos termos do art. 32, e seus incisos, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, se pronunciar quanto ao mérito de proposições que versem sobre assuntos relativos à saúde, campanhas de saúde pública, assistência oficial, inclusive a proteção à maternidade, à criança e matérias relativas à mulher, à criança e ao adolescente.

O presente Projeto de Lei da ilustre deputada Sâmia Bomfim, objetiva instituir a Semana Nacional de Conscientização sobre o Direito das Gestantes, com o intuito de divulgar e conscientizar a população sobre os direitos relacionados à saúde das gestantes, tais como assistência humanizada à mulher durante a gestação, pré-parto, parto e puerpério; além dos direitos trabalhistas e sociais.

A escolha da data para instituir a referida semana, segundo a nobre autora tem como critério o fato do dia 15 de agosto ser celebrado nacionalmente como o dia da gestante. Justifica ainda a nobre autora que o acesso à informação é fundamental para que a população tenha conhecimento dos seus direitos, exigindo, assim, que eles sejam respeitados e cumpridos.

Temos uma sólida base jurídica e um conjunto de políticas públicas para garantir os direitos das gestantes. Ressaltamos aqui o Marco Legal da Primeira Infância – Lei nº 13.257, de março de 2018-, especificando e complementando dispositivos do Estatuto da Criança e do Adolescente, traz um conjunto de direitos da mulher e de ações do Estado para garantir atendimento adequado à gestante e às mães visando ao desenvolvimento integral de seus filhos na fase crucial e determinante da Primeira Infância.

Nesse sentido, apresentamos substitutivo visando ampliar a Semana Nacional de Conscientização sobre os Direitos das Gestantes, como os de mães com crianças na Primeira Infância.

Além da divulgação dos direitos relacionados à saúde física e emocional das gestantes e mães de bebês, também se faz necessário divulgação de informações sobre os direitos trabalhistas e sociais da gestante e



da mãe trabalhadora e da mãe estudante; divulgação dos direitos da mulher relacionados ao bebê, como aleitamento materno, formação de vínculo afetivo, alimentação complementar saudável, vacinação acompanhamento pediátrico e frequência à creche; promoção da parentalidade, divulgando a importância, para a saúde da mulher, do apoio do companheiro no cuidado com a gestação, estímulo ao desenvolvimento integral na primeira infância, com ênfase nos primeiros mil dias, incluído o brincar nos espaços doméstico e comunitário e na creche.

Se mostra importante incluir-se nos objetivos da Semana a que se refere a presente proposição a conscientização dos órgãos responsáveis sobre a ambiência, à gestante e às mulheres com filhos na primeira infância que se encontrem sob custódia em unidades de privação e liberdade, que atenda à normas sanitárias e assistenciais do Sistema Único de Saúde para o acolhimento do filho, visando ao cuidado integral da criança.

Também consideramos deixar expresso no texto que a atenção prioritária será dada à conscientização social sobre os direitos das gestantes e mães de crianças com deficiência, das comunidades tradicionais, das gestantes e mães adolescentes e das gestantes e mães em situação de alta vulnerabilidade.

Dessa forma, nosso voto é pela aprovação do PL nº 853, de 2019 na forma do substitutivo em anexo.

Sala da Comissão, em de de 2021.

Deputada Vivi Reis
Relatora



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Vivi Reis
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD211965595700>



COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 853, DE 2019

Acrescenta ao calendário oficial a “Semana Nacional de Conscientização sobre Direitos das Gestantes E DE Mães com crianças na Primeira Infância”, a ser celebrada anualmente em 15 de agosto, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL DECRETA:

Art. 1º - Fica instituída a Semana Nacional de Conscientização sobre os Direitos das Gestantes e Mães nos primeiros mil dias, da gestação ao final do segundo ano de vida do bebê, a ser celebrada, anualmente, na semana do dia 15 de agosto.

Art. 2º - A Semana Nacional de que trata esta Lei será dedicada à:

I - divulgação dos direitos relacionados à saúde física e emocional das gestantes e mães de bebês, tais como assistência humanizada à mulher desde o planejamento da gestação, durante a gestação, pré-parto, parto e puerpério e planejamento reprodutivo;

II – informação sobre os direitos trabalhistas e sociais da gestante e da mãe trabalhadora e da mãe estudante;

III – divulgação dos direitos da mulher relacionados ao bebê, como aleitamento materno em qualquer ambiente, formação de vínculo afetivo, alimentação complementar saudável, vacinação acompanhamento pediátrico e frequência à creche;



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Vivi Reis
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD211965595700>



IV – promoção da parentalidade, divulgando a importância, para a saúde da mulher, do apoio do companheiro no cuidado com a gestação, parto e puerpério e na divisão das tarefas domésticas;

V- valorização do cuidado paterno com incentivo à inclusão do pai/parceiro no pré-natal, no acompanhamento do parto, na creche e nos demais serviços que atendam gestantes ou crianças;

VI – prevenção de acidentes, cuidados para evitar a exposição precoce da criança à comunicação mercadológica, ao uso precoce de telas e o consumo de alimentos e bebidas que contribuem para a obesidade, segundo orientações do Ministério da Saúde e da Sociedade Brasileira de Pediatria;

VI I- estímulo ao desenvolvimento integral na primeira infância, com ênfase nos primeiros mil dias, incluído o brincar nos espaços doméstico e comunitário e na creche.

§ 1º - Inclui-se nos objetivos da Semana a que se refere este artigo a conscientização dos órgãos responsáveis sobre a ambiência, à gestante e às mulheres com filhos na primeira infância que se encontrem sob custódia em unidades de privação e liberdade, que atenda à normas sanitárias e assistenciais do Sistema Único de Saúde para o acolhimento do filho, visando ao cuidado integral da criança.

§ 2º - Atenção prioritária será dada à conscientização social sobre os direitos das gestantes e mães de crianças com deficiência, das comunidades tradicionais, das gestantes e mães adolescentes e das gestantes e mães em situação de alta vulnerabilidade.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



Sala da Comissão, em de de 2021.

Deputada Vivi Reis
Relatora

Apresentação: 08/04/2021 18:43 - CSSF
PRL 3 CSSF => PL 853/2019

PRL n.3



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Vivi Reis
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD211965595700>



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 853, DE 2019

Acrescenta ao calendário oficial a "Semana Nacional de Conscientização sobre Direitos das Gestantes", a ser celebrada anualmente em 15 de agosto, e dá outras providências.

Autora: Deputada SÂMIA BOMFIM

Relator: Deputado DIEGO GARCIA

I - RELATÓRIO

O projeto de lei em epígrafe, de autoria da Deputada Sâmia Bomfim, propõe instituir, no calendário oficial, a Semana Nacional de Conscientização sobre os Direitos das Gestantes, a ser celebrada, anualmente, na semana do dia 15 de agosto. Essa data seria dedicada à divulgação dos direitos relacionados à saúde das gestantes, tais como assistência humanizada à mulher durante a gestação, pré-parto, parto e puerpério, além dos direitos trabalhistas e sociais.

A autora argumenta, em sua justificativa, que a escolha da data teve como critério o fato de o dia 15 de agosto ser celebrado nacionalmente como o dia da gestante. Relata, ainda, que o “Sistema Único de Saúde (SUS)

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Diego Garcia

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD218549242200>



vem construindo ao longo dos últimos anos uma sólida base jurídica e um conjunto de políticas públicas para garantir os direitos da gestante, sendo as principais delas a Política Nacional de Atenção Obstetrícia e Neonatal, a Política Nacional de Atenção Integral à Mulher e a Política de Atenção Integral à Saúde da Criança”, no entanto, observa que o acesso à informação é fundamental para que a população tenha conhecimento dos seus direitos, o que poderá ser proporcionado pela Semana Nacional de Conscientização sobre os Direitos das Gestantes ora proposta.

A proposição tramita em regime ordinário (art. 151, III, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados – RICD) e está sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões (art. 24, II, RICD), tendo sido despachada à Comissão de Seguridade Social e Família, para parecer de mérito, e a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, para análise da constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (art. 54, I, RICD).

A Comissão de Seguridade Social e Família aprovou a matéria nos termos do parecer vencedor da Deputada Chris Tonietto, que ofereceu substitutivo ao projeto, o qual especifica temas a serem abordados pela “Semana Nacional de Conscientização sobre os cuidados das gestantes e mães nos primeiros mil dias”, quais sejam:

“I - divulgação dos direitos e cuidados relacionados à saúde das gestantes, mães de bebês e dos bebês, como assistência à mulher desde a preparação da gestação, durante a gestação, pré-parto, parto e puerpério;

II - informação sobre os direitos trabalhistas da gestante e da mãe trabalhadora e da mãe estudante;

III - divulgação dos direitos da mulher relacionados ao bebê, como direito ao aleitamento materno em qualquer ambiente, formação de vínculo afetivo, alimentação complementar saudável, vacinação, acompanhamento pediátrico e direito ao acesso à creche;

IV - divulgação da importância, para a saúde da mulher, do apoio paterno no cuidado com a gestação, parto e puerpério e em todas as atividades do lar e divulgação das vantagens do aleitamento materno até, pelo menos, seis meses de vida do bebê;



V - valorização do cuidado paterno com incentivo à inclusão do pai no pré-natal, no acompanhamento do parto, na creche e nos demais serviços que atendam gestantes ou crianças;

VI - prevenção de acidentes, cuidados para evitar a exposição precoce da criança à comunicação mercadológica, ao uso precoce de telas e o consumo de alimentos e bebidas que contribuem para a obesidade, segundo orientações do Ministério da Saúde e da Sociedade Brasileira de Pediatria;

VII - estímulo ao desenvolvimento integral da primeira infância, com ênfase nos primeiros mil dias”.

A matéria seguiu para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. No prazo regimental, não foram oferecidas emendas.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O **Projeto de Lei nº 853, de 2019**, bem como o **Substitutivo aprovado pela Comissão de Seguridade Social e Família**, vêm ao exame deste Colegiado para análise dos aspectos constitucional, jurídico e de técnica legislativa (arts. 54, I e 139, II, “c”, do RICD).

Quanto à constitucionalidade formal das proposições, consideramos os aspectos relacionados à competência legislativa, à legitimidade da iniciativa e ao meio adequado para veiculação da matéria.

O projeto em análise atende os requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa concorrente da União (art. 24, IX e XV, da CF/88) e à iniciativa parlamentar (art. 61, da CF/88), que é legítima, uma vez que não se trata de tema cuja competência seja reservada a outro Poder. Por fim, revela-se adequada a veiculação da matéria por meio de lei ordinária, visto não haver exigência constitucional de lei complementar ou outro veículo normativo para disciplina do assunto.

Sob o prisma da **constitucionalidade material**, as proposições estão em consonância com o disposto no § 2º do art. 215 da Constituição Federal, segundo o qual cabe à Lei a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Diego Garcia

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD218549242200>



nacionais e, ainda, com as normas e princípios constitucionais atinentes à proteção da maternidade e da infância.

No que tange à **juridicidade**, as matérias atendem aos requisitos da Lei nº 12.345, de 2010, quanto à exigência de tratarem de tema de alta significação nacional, haja vista ser a questão das gestantes e mães de crianças na primeira infância um tema de fundamental relevo para a sociedade como um todo.

Por fim, observamos que a redação e a técnica legislativa empregadas nas proposições estão em conformidade com a Lei Complementar nº 95, de 1998, havendo apenas uma impropriedade no art. 3º do PL nº 853/2019, uma vez que não se admite a cláusula de revogação genérica (art. 9º, da LC nº 95/98), o que será corrigido por meio da emenda em anexo.

Pelas precedentes razões, concluímos o voto no sentido da **constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa** do Projeto de Lei nº 853, de 2019, com a emenda em anexo, e do Substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família.

Sala da Comissão, em de de 2021.

Deputado DIEGO GARCIA
Relator

2021-14713



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Diego Garcia
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD218549242200>



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA**PROJETO DE LEI Nº 853, DE 2019**

Acrescenta ao calendário oficial a "Semana Nacional de Conscientização sobre Direitos das Gestantes", a ser celebrada anualmente em 15 de agosto, e dá outras providências.

EMENDA Nº 1

Dê-se ao art. 3º do projeto a seguinte redação:

"Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Sala da Comissão, em de de 2021.

Deputado DIEGO GARCIA
Relator

2021-14713



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Diego Garcia
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD218549242200>





CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 853, DE 2019

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, em reunião extraordinária realizada hoje, mediante votação ocorrida por processo simbólico, concluiu pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do Projeto de Lei nº 853/2019, com emenda, e do Substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Diego Garcia.

Registraram presença à reunião os seguintes membros:

Rui Falcão - Presidente, Afonso Motta, Alencar Santana, Alex Manente, Alfredo Gaspar, André Janones, Arthur Oliveira Maia, Átila Lira, Bacelar, Capitão Augusto, Caroline de Toni, Cobalchini, Coronel Fernanda, Covatti Filho, Dal Barreto, Dani Cunha, Delegada Katarina, Delegado Éder Mauro, Delegado Marcelo Freitas, Delegado Ramagem, Deltan Dallagnol, Diego Coronel, Dr. Victor Linhalis, Dra. Alessandra Haber, Duarte, Fausto Santos Jr., Felipe Francischini, Flávio Nogueira, Gerlen Diniz, Gervásio Maia, Helder Salomão, João Leão, Jorge Goetten, José Guimarães, Juarez Costa, Julia Zanatta, Lafayette de Andrada, Luiz Couto, Marcelo Crivella, Marcos Tavares, Maria Arraes, Mendonça Filho, Patrus Ananias, Paulo Magalhães, Pr. Marco Feliciano, Roberto Duarte, Robinson Faria, Rosângela Moro, Rosângela Reis, Sâmia Bomfim, Tarcísio Motta, Zé Haroldo Cathedral, Alberto Fraga, Aluisio Mendes, Amanda Gentil, Antonio Carlos Rodrigues, Aureo Ribeiro, Cabo Gilberto Silva, Capitão Alberto Neto, Carlos Veras, Charles Fernandes, Chico Alencar, Chris Tonietto, Danilo Forte, Diego Garcia, Eduardo Bismarck, Gilson Marques, Gleisi Hoffmann, Kim Kataguirí, Laura Carneiro, Lázaro Botelho, Lindbergh Farias, Lucas Redecker, Luiz Gastão, Marangoni, Marcelo Moraes, Marcos Pollon, Mauricio Marcon, Miguel Ângelo, Nicoletti, Pastor Eurico, Pedro Aihara, Pedro Campos, Pedro Lupion, Reginaldo Lopes, Ricardo Ayres, Rubens Otoni, Silas Câmara e Yandra Moura.

Sala da Comissão, em 2 de maio de 2023.

Apresentação: 09/05/2023 10:16:00.907 - CCJC

PAR 1/0

PAR n.1



Deputado RUI FALCÃO
Presidente

Apresentação: 09/05/2023 10:16:00.907 - CCJC

PAR 1/0

PAR n.1



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rui Falcão

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD231466898300>





**CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA**

**EMENDA ADOTADA PELA CCJC
AO PROJETO DE LEI Nº 853, DE 2019**

Acrescenta ao calendário oficial a "Semana Nacional de Conscientização sobre Direitos das Gestantes", a ser celebrada anualmente em 15 de agosto, e dá outras providências.

EMENDA Nº 1

Dê-se ao art. 3º do projeto a seguinte redação:

"Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação."

Sala da Comissão, em 2 de maio de 2023.

Deputado RUI FALCÃO
Presidente

